

# OS REGISTROS CARTOGRÁFICOS PORTUGUESES: CONTRIBUTO PARA O ENTENDIMENTO DA VISÃO PORTUGUESA NA SUA LÓGICA DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Mércia Carréra

Professora Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da  
Faculdade Damas da Instrução Cristã- Fadic; Pernambuco, Brasil

[mercia.carrera@faculdadedamas.edu.br](mailto:mercia.carrera@faculdadedamas.edu.br)

Leandro Surya

Professor Adjunto

Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial  
Universidade Federal do Vale de São Francisco – UNIVASF; Piauí, Brasil

Morada

Rua João Ferreira dos Santos, SRN-PI, 64770-000 - UNIVASF

[leandro.surya@univasf.edu.br](mailto:leandro.surya@univasf.edu.br)

# Os Registros Cartográficos Portugueses: Contributo para o Entendimento da Visão Portuguesa na sua Lógica de Ocupação Territorial

Mércia Carréra

Leandro Surya

## Historial do artigo:

Recebido a 25 de abril de 2017

Revisto a 15 de maio de 2017

Aceite a 30 de maio de 2017

## RESUMO

Este artigo apresenta o importante papel da cartografia portuguesa para a compreensão da sua lógica de ocupação territorial na sua colônia Brasil, especialmente na capitania de Pernambuco no início da sua colonização. no contexto das viagens expansionistas, o registro do mundo se deu essencialmente através da ciência cartográfica, tendo os portugueses, enquanto homens náuticos, se destacado na produção de cartas e mapas. Através desta abordagem contextual, será possível pensar a cartografia como uma narrativa de histórias, eventos e pontos de vista essenciais para a compreensão das ações humanas no tempo e no espaço.

**Palavras-Chave:** Cartografia Portuguesa; Capitania de Pernambuco; Espaço.

## ABSTRACT

This article presents the important role of portuguese cartography in understanding its logic of territorial occupation in its brazilian colony, especially in the captaincy of Pernambuco at the beginning of its colonization. In the context of expansionist voyages, the world's record was essentially through cartographic science, and the portuguese, as nautical men, excelled in the production of charts and maps. through this contextual approach, it will be possible to think of cartography as a narrative of stories, events and points of view essential for understanding human actions in time and space.

**Keywords:** Portuguese Cartography; Captaincy of Pernambuco; Space

## 1. Introdução

Ao pensar em pesquisa, nos dias de hoje, não podemos deixar de considerar a interdisciplinaridade das ciências e as diversas ferramentas utilizadas para a análise e interpretação. Este artigo apresenta o importante papel da cartografia para o entendimento da

visão portuguesa na sua lógica de ocupação territorial na sua colónia Brasil, especialmente na capitania de Pernambuco no início da sua colonização.

A arquitetura, a arqueologia, a história, a geografia nos estudos da paisagem, do espaço e do tempo utilizam a cartografia como ferramentas imprescindíveis para verificação de dados que possam contribuir na produção de novos conhecimentos.

Sabe-se que os mapas e as cartas constituem a representação do espaço conhecido pelo homem e, como tal, são ferramentas fundamentais para diversos estudos. Segundo Broek (1991:31): O mapa é uma ferramenta, mas ao mesmo tempo é a expressão do pensamento em sua área de distribuição, a importância do uso do solo em seu estabelecimento, as técnicas, os tipos de empreendimentos e outras ideias. Cada um desses pontos tem seu lugar de origem onde toma a forma e se torna costume das pessoas.

Os mapas são produzidos como ideário de representação, registro de memória, inventário do imaginário, narrativa histórica da geografia e da paisagem. Vistos, assim, como discurso, os mapas produzem as identidades do espaço e suas mudanças ao longo do tempo, ao darem visibilidade a significados constituídos historicamente. Como representação do mundo, a carta é uma construção imaginária que tem o poder não só de orientar e dirigir o olhar e a percepção (do real), como também de inventar a paisagem que representa.

Harley (1988:31) assim se expressa, sobre os mapas: “A percepção usual da natureza dos mapas é de que eles são um espelho, uma representação gráfica de algum aspecto do mundo real. A definição encontrada em vários dicionários e glossários de cartografia confirma esta visão. Dentro das restrições da técnica de pesquisa, da habilidade do cartógrafo e do código dos signos convencionais, o papel dos mapas é apresentar um depoimento factual acerca da realidade geográfica. (...). Na nossa cultura ocidental, pelo menos desde o Iluminismo, a cartografia tem sido definida como ciência factual. A premissa é de que o mapa deve oferecer uma janela transparente sobre o mundo. Um bom mapa é um mapa acurado”.

Para Harley (1988), “... uma definição apropriada seria a de que um mapa é uma construção social do mundo expressa por meio da cartografia”. Assim, longe de ser um simples “espelho” da natureza, “... uma representação de algum aspecto do mundo real”, os mapas, para Harley, “... reescrevem o mundo – como nenhum outro documento – em termos de relações de poder e de práticas culturais, preferências e prioridades”. Em outras palavras: “O que lemos num mapa é tanto uma relação com um mundo social invisível e uma ideologia quanto uma relação com os fenômenos vistos e medidos na natureza”.

Harley (1988) afirma também que: “Os mapas são uma maneira de conceber, articular e estruturar o mundo em ajustes particulares das relações sociais”. Ao aceitar essa premissa, entende-se como é apropriada a sua utilização pelos estudiosos das diversas áreas.

As cartas, quando associadas às documentações textuais, embora apresentando pouca precisão, se complementam, para ajudar na identificação do local. É importante destacar que os mapas, além de registrar geograficamente a área, representavam também uma maneira de pensar e ver o mundo, naquela época.

A cartografia histórica permite aos pesquisadores conhecer, no tempo, a constituição do espaço geográfico e histórico de uma determinada sociedade. As formas de ocupação territorial e seu manejo ao longo do tempo chamam a atenção dos investigadores.

A análise cartográfica, no Brasil, sempre apresenta dificuldades; uma delas se caracteriza pelo distanciamento das fontes originais de pesquisa. Embora se tenha cópias de boa qualidade publicadas no Brasil, os documentos originais sempre apresentam surpresas, não só pela possibilidade de reinterpretações, como também pela clareza e escala de construção.

A contribuição desses registros salientam dados não encontrados muitas vezes na produção textual sobre o período no qual faz relação. É extremamente importante analisar e interpretar essas informações gráficas pelos diferentes olhares dos pesquisadores de áreas interdisciplinares e a partir dessas interpretações considerar o bom senso no resultado alcançado para que se possa concluir e produzir um conhecimento abrangente.

## 2. A cartografia portuguesa do século XVI e XVII

Ao observar a produção cartográfica portuguesa dos quinhentos e seiscentos percebe-se que a mesma forma um conjunto de preciosas instruções náuticas, descrições e toponímia, destinadas à navegação, cujos contornos são o que demais preciso era possível, na época. O desempenho desses cartógrafos portugueses indica o posicionamento estratégico de um conhecimento náutico avançado utilizado pelo poder em prol de ocupar as novas terras com sabedoria.

Além de ser pioneiros na navegação, os portugueses também eram mestres na arte de fazer mapas. O sucesso das expedições dependia da precisão desses mapas, portanto, esta riqueza de elaboração de mapas das rotas expressa a uma intensa produção náutica portuguesa. Era fundamental para a navegação, nesta época, poder calcular as rotas e dominar a orientação das correntes e ventos predominantes, como também possuir as informações sobre as terras recém-descobertas. A cartografia serviu, e muito, para consolidar possessões, conquistar terras e povos e legitimar o poder arbitrário dos colonos europeus sobre o Novo Mundo.

Os mapas constituem mais que representações do que se vê; eles são, até certo ponto, um reflexo do que se quer ver. O geógrafo alemão Alexander Von Humboldt já dizia que as cartas geográficas exprimem as opiniões e os conhecimentos, mais ou menos limitados, de quem as projetou.

Segundo Belluzo (1994:66), através da cartografia, com seu traçado realista característico dos séculos XVI e XVII, as terras e mares recém-descobertos ganham contornos mais precisos, em particular a costa, ambiente mais visado naquele momento.

As primeiras representações cartográficas do Brasil aparecem no “Planisfério de Juan de La Cosa” (vd. Figura 1.), de 1500, que desenhou a carta de marear, mostrando a Costa Norte do Brasil, até as proximidades da Ponta do Mucuripe (Ceará), cujo traçado revela conhecimentos que se prendem à viagem de Vicente Yañez Pinzón.



**Figura 1.** “Carta do Mundo” – 1500. **Fonte:** Elaborada por Juan de la Cosa, piloto da 2ª Expedição da Colombo.

A carta “Planisfério de Cantino” (vd. Figuras 2 e 3.), de 1502, é uma das mais antigas que representam os descobrimentos marítimos portugueses. O seu original conserva-se, atualmente, na Biblioteca Estense, em Módena, na Itália. Esta carta seria a primeira representação cartográfica da costa que viria a ser descrita, em minúcia, no Esmeraldo de Situ Orbis (1508).



Figura 2. "O planisfério de Cantino", 1502.

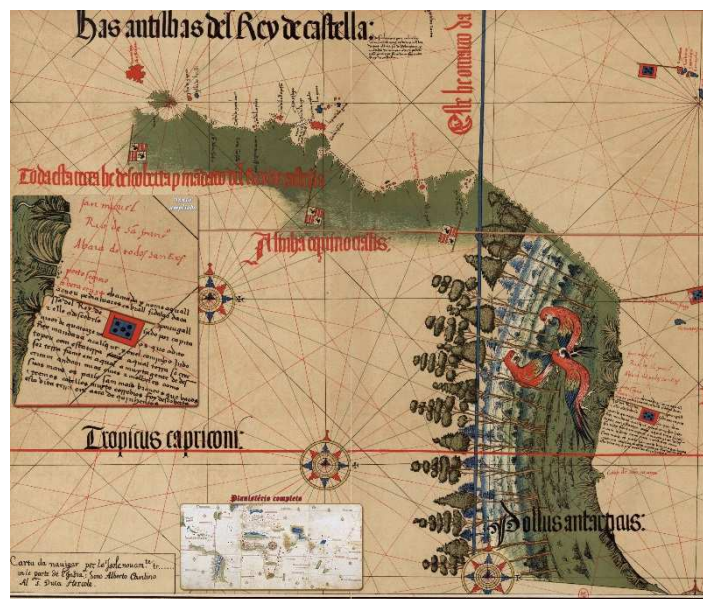
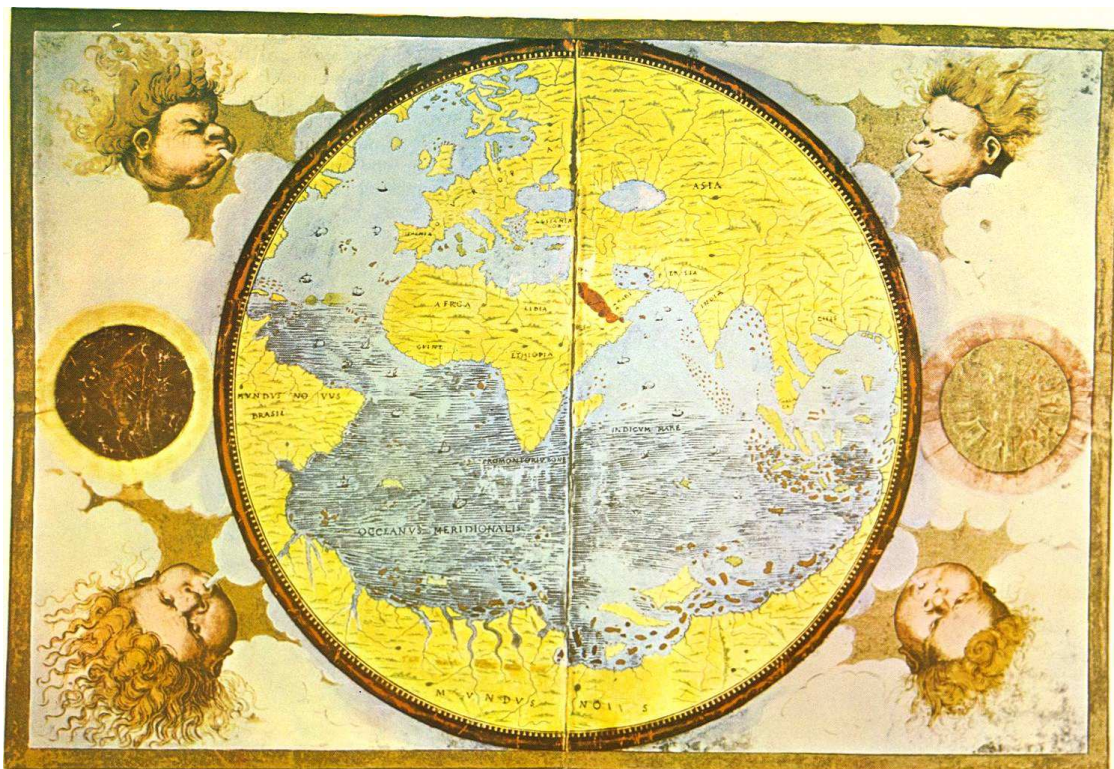


Figura 3. "Planisfério de Cantino" (1502): detalhe mostrando as Américas.

Uma notável produção da cartografia portuguesa que merece destaque é a coleção de 56 mapas, que constitui as chamadas "Cartas Portuguesas Antigas", oferecidas em 1940 pelo Secretariado de Propaganda Nacional (de Portugal) ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Entre elas, destaca-se um dos exemplares, confeccionado em 1519 por Lopo Homem, cartógrafo oficial do Reino ao tempo de Dom Manuel.

O autor concebeu o planisfério (vd. Figura 4.) cercado pelos quatro ventos que aparecem nas extremidades. A nomenclatura (toda em Latim) é bastante escassa: na África aparecem apenas os nomes da Líbia, Etiópia e Guiné. "Mundus Novus Brasil" é a designação da América, cuja extremidade sul liga-se à Ásia por um continente fantástico denominado "Mundus Novus". O original encontra-se no Museu Britânico, Londres.



**Figura 4.** Imagem: Mapas Históricos Brasileiros. **Fonte:** Grandes Personagens da Nossa História (1969).

O outro exemplar, de 1519, dos cartógrafos Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinol, do qual foi produzida a “Carta Terra Brasilis” (vd. Figura 5.), a primeira representação cartográfica do território brasileiro de forma integrada. Pode-se ver, nesse mapa, a Ilha-Brasil; ele faz parte do Atlas Miller, de 1519, que traça o inteiro litoral, do Amazonas ao Chuí, e pertence ao acervo da Biblioteca Nacional da França. A carta representa o escambo do pau-brasil no século XVI, na qual a retirada da madeira vermelha tão valorizada pelo europeu ganha destaque visual impressionante, sendo considerado o primeiro mapa econômico do Brasil e a primeira imagem do desmatamento no país (FARIA; ADONIAS, 2006). Nele se pode verificar a representação de toda a costa do Brasil, desde o norte, com o registro a partir da foz do Amazonas até o rio da Prata, com ênfase na representação dos acidentes geográficos e a intensa discriminação da toponímia, sugerindo uma exuberante floresta, com fauna variada e até mitológica, resquício da tradição ptolomaica assumida pela cartografia da Igreja Católica àquela época. É um dos mapas mais difundidos e expressivos, apesar de não ser o mais antigo. Além disso, apresenta um grau de precisão memorável para a época, com registros dos principais acidentes naturais da costa brasileira. Na parcela mais documental do mapa, estão registrados, em marrom e vermelho, os principais nomes dos acidentes naturais.

Os mapas que delineiam o contorno das Américas detêm-se na costa a leste de Tordesilhas, e registram as primeiras fundações coloniais portuguesas. Percebe-se que os primeiros núcleos tendem a se localizar na costa e, em especial, nas imediações dos principais acidentes registrados no “Terra Brasilis”. Nas proximidades de praticamente todos os rios representados em destaque por Lopo Homem, desenvolvem-se núcleos urbanos nos primeiros momentos. Observa-se que não só os núcleos povoados, mas também os espaços vazios do mapa quinhentista correspondem àqueles encontrados em mapas elaborados posteriormente, o que sugere a precisão do mapa de 1519.

De acordo com o contra-almirante Max Justo Guedes (1999), a cartografia de origem portuguesa “é calcada exclusivamente na experiência, incapaz de se deixar influenciar pela fantasia (exceto quando intencionalmente destinada a mistificar potências rivais) (...)”.

Aos poucos, o período áureo dos descobrimentos ia-se acabando. O mundo novo (ao menos em seus contornos) já era quase todo conhecido. O problema, para o soberano português Dom João III, que desde 1521 sucedera a Dom Manuel, não era mais enviar expedições em busca de novas terras, mas encontrar um modo de garantir a posse daquelas que já conhecia.

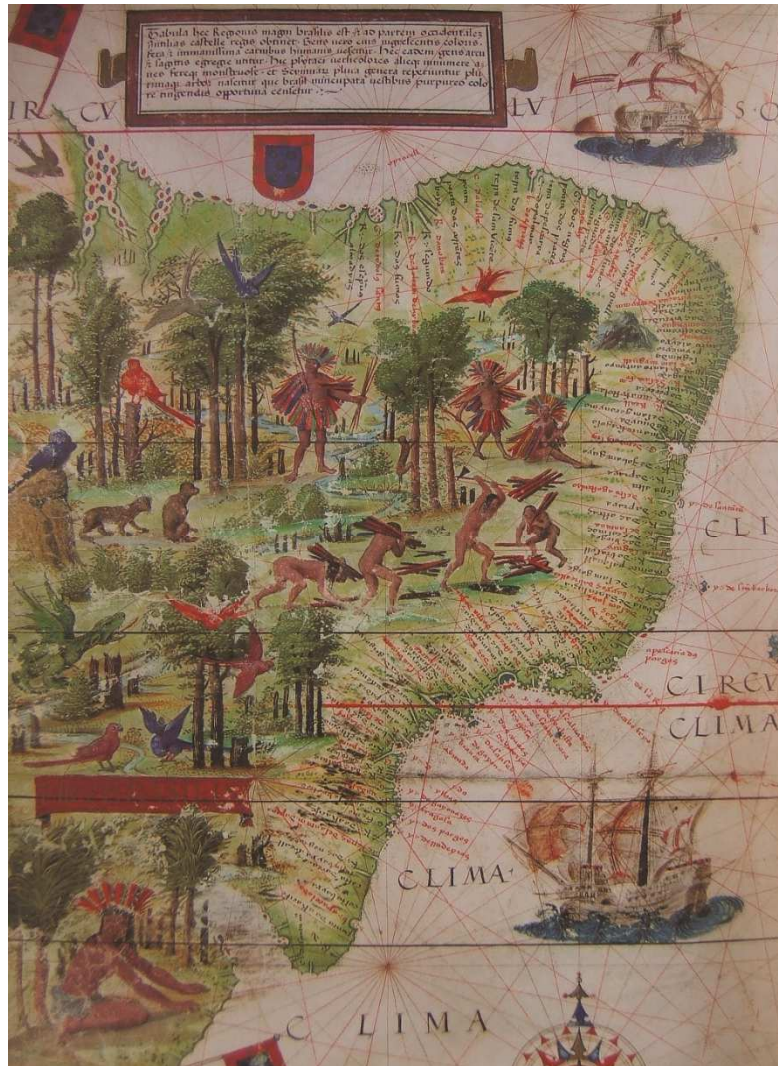


Figura 5. “Carta Terra Brasilis”. Fonte: atribuída a Lopo Homem, 1519.

A decisão de colonizar o Brasil tinha dois objetivos principais: garantir o monopólio da rota para as Índias e afastar os franceses que assediavam a costa desde princípios do século XI. O sistema de capitâncias hereditárias, adotado em 1532, visava estabelecer mecanismos mais eficazes de controle sobre a costa brasileira. Mesmo com a instauração do Governo Geral, em 1549, a Coroa criava todas as dificuldades às entradas para o interior, com receio que se despovoasse o litoral.



Sérgio Buarque de Holanda (1989) considera que a influência daquela colonização litorânea praticada pelos portugueses ainda persiste até nossos dias. “Quando hoje se fala em ‘interior’, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada (...).” O período definido como União Ibérica (1580-1640) possibilitou o preparo de numerosas expedições para os sertões, diluindo a fronteira de Tordesilhas. No entanto, a cartografia lusa de finais do século XVI e início do XVII persiste em basicamente registrar o litoral brasileiro.

Além das cartas já citadas, outra representação cartográfica é o “Roteiro do Brasil”, de Luiz Albernaz, que em 1586 publica uma carta geral e cartas particulares de vários portos. Quarenta anos depois, João Teixeira Albernaz produz outros atlas, uma carta geral e dezenove particulares, o “Livro que dá Rezão do Estado do Brasil”.

A cartografia lusa da terra brasileira, nos séculos XVI e XVII, tinha duas marcantes características: o esplendor e o sigilo. Esplendor, por serem obras de arte cuidadosamente elaboradas, que representam com minúcia a costa brasileira e, por vezes, seus habitantes, sua flora e sua fauna. Sigilo, por se tratar de objetos manuscritos, mantidos a princípio sob rígido controle, que se mostrou ineficaz, mediante as práticas de suborno das outras potências. Mais do que isso, as cartas estavam relacionadas à política lusa de nada divulgar sobre a colônia, a mesma política que proibia a criação de universidades e mais ainda a impressão de livros. No entanto os detalhes gráficos nos mapas e cartas são ricos em informações e reproduzem o espaço e a sua utilização com bastante veracidade.

### 3. A Capitania de Pernambuco a partir da cartografia histórica

No contexto das viagens expansionistas, o registro do mundo se deu essencialmente através da ciência cartográfica, tendo os portugueses, enquanto homens náuticos, se destacado na produção de cartas e mapas. Sem dúvida, os registros portugueses iniciaram a história iconográfica relativa ao Brasil.

Os mapas já citados indicam uma cartografia caracterizada por um conhecimento detalhado sobre o Novo Mundo, um nível de detalhamento surpreendente no contexto náutico da época. É preciso levar em consideração esses registros cartográficos para que se possa entender melhor a visão portuguesa e a lógica que fundamenta a ocupação das novas terras de ultramar. A partir desse entendimento, a etapa seguinte é continuar a garimpar a cartografia referente à Capitania de Pernambuco, na tentativa de conhecer esse espaço e verificar como o donatário nele instalou.

Duarte Coelho Pereira chegou a Pernambuco, capitania que lhe fora doada pelo Rei D. João III, com grossa armada, em 1535 e, ao entrar pela barra da Ilha de Itamaracá e tomar a direção de um rio (depois chamado de Igaráçu), se dirige para uma antiga feitoria, onde desembarcou. Ao tomar posse da capitania, nela se estabeleceu por algum tempo, em um lugar depois chamado "dos Marcos", por conta de um Padrão demarcador do limite com a vizinha Capitania de Pero Lopes de Sousa. Tal lugar era abrigado dos efeitos das fortes marés mas inseguro, uma vez que o donatário poderia ser aprisionado, se ocorresse um cerco desde o mar, apenas fechando as entradas norte e sul, nos dois extremos da Ilha de Itamaracá. Talvez por perceber tal situação, o donatário procurou logo outro local para estabelecer a vila-sede de sua capitania.

Tudo indica que Duarte Coelho era um grande conhecedor da costa neste trecho. Seguindo para o sul, ele vai encontrar o lugar desejado, inclusive porque, mais além, ainda na mesma direção, existia um ancoradouro abrigado, vez que protegido por arrecifes.

O donatário estabelece a vila-sede administrativa, Olinda, localizada a cavaleiro de uma grande várzea que se estendia para as bandas do sul, e onde existiam várias colinas. Escolheu a mais alta, com uma boa vista para o mar, e ali dá início efetivamente à sua administração.

É interessante destacar que o conjunto formado pela sede da capitania, a vila de Olinda, o porto do Recife e a várzea de terras férteis seria, em princípio, a escolha perfeita e, antes de tudo, racional, para iniciar e realizar um planejamento de ocupação da Capitania.

Essa escolha da vila, um lugar seguro, a cavaleiro de possíveis ataques, quer por terra ou por mar, um porto abrigado, defendido por uma linha de arrecifes, situado em uma península a uma légua dessa sede, mas acessível, desde o istmo, por meio de rio navegável, e, sobretudo, a existência de uma terra de várzea, apropriada para o cultivo da cana-de-açúcar, demonstram o nível de racionalidade e a estratégia que definiam o futuro da capitania duartina, a partir dessa efetiva implantação.

A escolha, por Duarte Coelho Pereira, de um sítio elevado para os assentamentos iniciais da vila de Olinda, leva a acreditar que se tratava de uma estratégia de defesa adotado em Portugal desde fins da Idade Média. Um sistema baseado na defesa a partir da altura, que já havia sido testada com sucesso em experiências militares portuguesas anteriores.

Pernambuco, nas últimas décadas do século XVI, já se configurava como uma região colonial em formação, com uma rede de núcleos, uma estrutura de circulação, áreas de produção especializada, divisão espacial de trabalho e zonas de expansão definidas (MORAES, 2000:312). Neste período, a sede da capitania se estabelece em Olinda, vila que atingirá grande desenvolvimento. O porto constituía um povoado, com pouco mais de quarenta casas ao findar esse século. A várzea, destinada ao plantio e onde se encontravam os engenhos, era cortada por rios, verdadeiros caminhos fluviais, próprios para o transporte do açúcar produzido e direcionados àquele porto (MOTA MENEZES, 2007:148).

Aliás, na instalação portuguesa há claramente um conhecimento das características geográficas da área, pois, para se instalar numa extensa faixa de terra ao longo da costa era necessário conhecer o espaço natural, com seus rios, caminhos fluviais que levavam ao interior do continente. Os primeiros mapeamentos do Brasil apontam claramente esse conhecimento.

O conhecimento europeu sobre o Novo Mundo não se restringia ao litoral, mas tinha nele seu ponto forte. Os primeiros mapas de Pernambuco mostram o interior ainda pouco cartografado, com imagens se repetindo ao fundo. Nestes mapas, é evidente a preocupação em registrar o conhecimento do espaço que estava sendo apropriado.

O transporte sempre foi um problema a superar, desde o início da colonização portuguesa, devido à dificuldade de locomoção sobre o terreno irregular, falta de meios de transporte adequados e constantes ataques indígenas. O problema se agravava nas chuvas de inverno, com os alagados em todo o território.

A utilização da rede fluvial de Pernambuco foi importante para a penetração no continente e o escoamento da produção. As entradas eram feitas pelos rios, vias naturais que permitiam o deslocamento rápido, facilidade no transporte de artigos pesados e escoamento da produção para os portos. Era preciso, contudo, levar em consideração as oscilações das marés, devido ao pequeno volume d'água.

A cartografia portuguesa já demonstrava uma riqueza de conhecimentos bastante interessante, com muitos detalhes sobre o litoral, o que, sem dúvida, proporcionava aos colonizadores informações concretas sobre as novas terras conquistadas.

Quando se fala de fontes iconográficas portuguesas, as obras da família Albernaz se destacam, especialmente em se tratando do registro da costa brasileira representada por regiões, caracterizando uma categoria de mapas intitulada, por Jaime Cortesão (1971), como cartografia do açúcar. A produção cartográfica da família Albernaz abrange três gerações: Luís Teixeira (1564 a 1613), seu filho João Teixeira Albernaz I, (o Velho, 1602-1666) e o filho deste, João Teixeira Albernaz II (o Moço, 1627-1675), todos cosmógrafos oficiais do Reino de Portugal. A Capitania de Pernambuco aparece em 14 representações, nos mapas por eles elaborados.

O Atlas do final do século XVI, elaborado por Luís Teixeira Albernaz, pode ser entendido como o primeiro Atlas de toda uma vasta região da América portuguesa que corresponde ao “... primeiro fruto de uma expedição de levantamento da costa organizada oficialmente com fins científicos. Além de uma carta geral, contendo todo o Brasil dividido em capitanias, inclui doze cartas locais do Nordeste ao Estreito de Magalhães (BUENO, 2001:30)”.

Segundo Bueno, os levantamentos eram realizados in loco e os mapas eram “... copilados, iluminados e aquarelados, em versões de luxo [...] os Altas apresentavam basicamente uma tipologia comum, contendo relatório sobre a situação de cada capitania, acompanhado de cartas que espacializavam seus acidentes geográficos, povoações, fortificações e engenhos, de forma a possibilitar o controle das conquistas ultramarinas por parte das coroas europeias” (2001: 32).

O Mapa do Brasil com a divisão em capitanias - Roteiro de todos os sinais (...) que há na costa do Brasil (vd. Figura 6.) inclui os levantamentos hidrográficos realizados em 1573. Nele se encontram assinaladas todas as capitanias que serviram de base aos primórdios da colonização do Brasil. A divisão por capitanias termina na linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas, constituindo este notável documento a prova inequívoca do rigor da cartografia portuguesa do século XVI. O mapa é atribuído a Luís Teixeira (c. 1586) (Lisboa, Biblioteca da Ajuda).



Figura 6. Mapa da Divisão das Capitânicas Hereditárias. Fonte: Mapas Históricos Brasileiros (1969).

Segundo Eduardo Bueno (2001:9): “A divisão do Brasil em capitânicas hereditárias não seria apenas a primeira tentativa oficial de colonização portuguesa na América. Aquela estava destinada a ser também a primeira vez que os europeus iriam lançar-se no ousado projeto de transplantar o seu modelo civilizacional para as vastidões continentais do Novo Mundo”.

As imagens de um determinado momento histórico e/ou representação de um mapa ou desenho de uma vila ou cidade do Brasil colonial podem revelar os modos de perceber e sentir os gostos, na época, da mesma maneira que ajudam a compreender, no caso de mapas e desenhos, aspectos da organização dos centros urbanos e do processo de ocupação do interior do País.

Os primeiros assentamentos começam a aparecer na cartografia de maneira modesta, demonstrando um início de urbanização no litoral do Nordeste. Estas aparições iniciais evidenciam uns poucos aglomerados, e deles, morfologicamente, nada é mostrado, exceto a posição geográfica. Esses parques, sumários e mais antigos registros importam, porque assinalam uma situação geográfica costeira ou quase, que vai implicar em características físicas peculiares para a morfologia, a começar pelo sítio urbano.

Na relação entre o mar e o novo continente, na apropriação de uma orla exótica, diferentes condições orográficas e hidrográficas se ofereceram e foram escolhidas, porque eram úteis para a defesa.

As colinas que acolhem Olinda, o lugar onde o Recife se situa, sempre entre a proteção e o porto, entre a defesa e a ligação com a Europa, entre uma colina e a praia, são características desses primeiros assentamentos, que são vistas, perscrustadas e retratadas por todos os interessados na segurança.

A racionalidade existe, mas a lógica obedece ao binômio defender-se / aportar. A forma desses primeiros núcleos é submissa, ou logo se torna, à tirania do relevo, como no caso de Olinda, com suas ruas sinuosas.

A **Figura 7** apresenta o litoral onde as entradas seguiam os rios. Essas vias naturais permitiam o transporte da produção do açúcar. Na área em destaque ocorre a localização do porto do Recife, Ilha de Antônio Vaz e Vila de Olinda, apresentando os rios Tapado, Varadouro, Capibaribe, Afogados e Barreta (atual rio Jordão).



**Figura 7.** Demonstração da Paraíba até a Candelária. **Fonte:** João Teixeira Albernaz II.

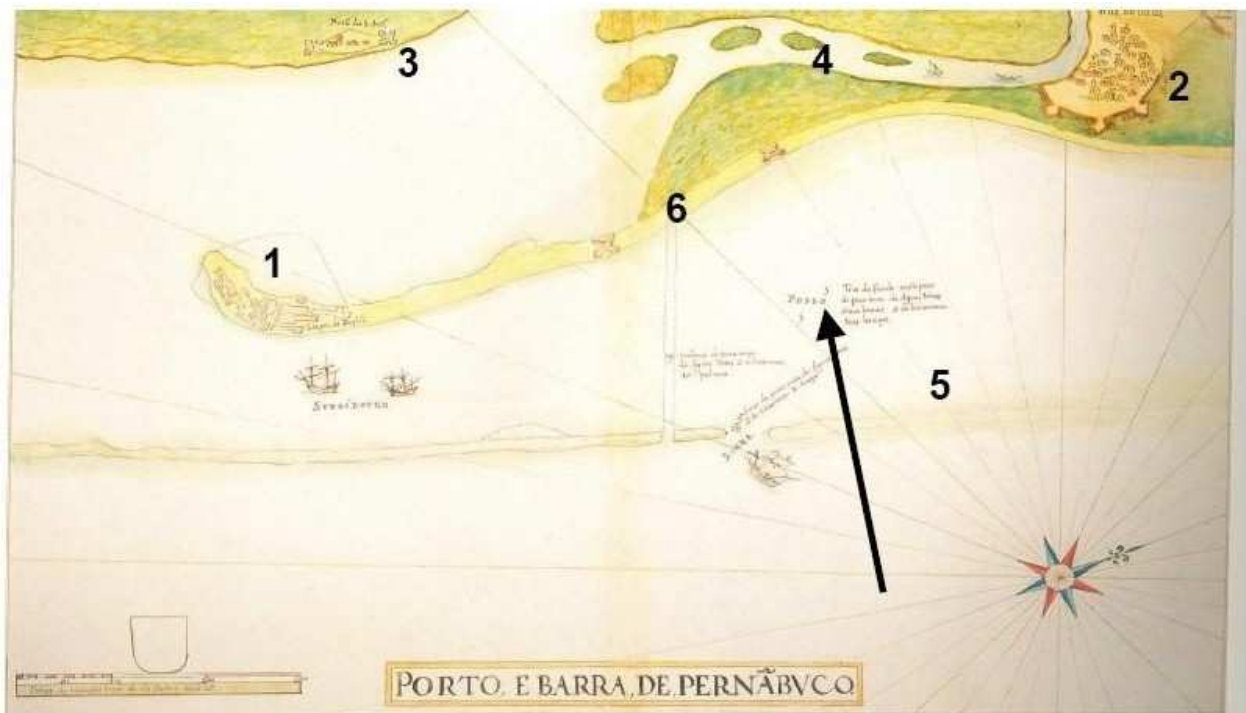
O espaço natural no Recife antes da chegada dos portugueses, se caracterizava por: coroa e bancos de areia, cordões litorâneos, arenosos e restingas, associado tudo a pantânos de água salobra, manguezais, lagunares, esteios e camboas, ou seja, do estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejiipió (LINS, 1978:99).

Essa configuração, aliada à profundidade na foz dos rios, deu ao Recife a possibilidade de instalação de um porto natural para o atracamento de navios, com a finalidade de carregamento

e descarregamento, bem como para reparos, valendo-se da proteção oferecida pelos arrecifes. No interior, devido ao solo e aos regimes de chuva, foi possível a instalação de engenhos nas várzeas dos rios citados anteriormente.

Esse conjunto de fatores contribuiu para que surgisse o povoado, com os primeiros colonizadores que se estabeleceram na extremidade da estreita faixa de areia ao sul da vila de Olinda.

São conhecidos poucos mapas antes da chegada dos holandeses. “Porto e Barra de Pernambuco” (vd. Figura 8.) e “A Perspectiva do Recife da Vila de Olinda” (Figura 9) de João Teixeira Albarnaz, são documentos cartográficos raros relativos a esse período.



**Figura 8.** Porto e Barra de Pernambuco. **Fonte:** João Teixeira Albarnaz I.

Apesar de esquemática, a Figura 8, imagem de 1630, é bastante informativa para a navegação. É possível verificar a vila de Olinda (2, legenda do lado direito), as fortificações que se encontravam entre essa vila e o povoado do Recife (1) pelo istmo (6), o porto, o curso baixo do rio Beberibe (4) e uma incipiente ocupação na ilha antiga de Antônio Vaz (3).

Na Figura 9, um mapa produzido por João Teixeira Albarnaz I, de 1616, é visível o caminho das embarcações protegidas por uma paliçada de madeira, um forte de terra e a ilha de Antônio Vaz, que mesmo bem delimitada, ainda se apresenta sem ocupação.

É bem visível a delimitação da vegetação; nas margens dos rios aparecem claramente os alagados, que posteriormente serão mais detalhados, enquanto no interior aparecem as matas.



Figura 9. Perspectiva do Recife e da Vila de Olinda, 1616. Fonte: João Teixeira Albernaz I.

Aparecem bem definidas as três zonas que se configuram em uma área: urbana, com a Vila de Olinda (2); rural, com os engenhos ao longo da Várzea do Capibaribe e áreas de plantação de cana-de-açúcar (9); o porto do Recife (1).

Facilmente se identifica, nessa figura, a preocupação dos portugueses em cartografar os rios utilizados com a função de vias de transporte, entrada para o interior e escoamento da produção: rio Jordão (4), rio Tejiipió (5), rio Capibaribe (6), rio Beberibe (8) e ainda áreas alagadas do atual Canal do Arruda (7). Fica clara a preocupação em conhecer o potencial da área recorrente, principalmente para o escoamento da produção dos engenhos, a grande base econômica da Capitania.

Nesse mapa, não se percebe a presença de caminhos por terra no interior. Mas o fato de nele constarem a localidade do Recife (1), a vila de Olinda (2), bem como áreas de plantação de cana-de-açúcar (9) obviamente leva a supor que existem caminhos por terra que ligariam as propriedades entre si.

Na parte inferior, aparecem embarcações atravessando os arrecifes e aportando no “Lugar do Recife”. Há uma diferenciação entre os recifes cobertos pela água e os encobertos; junto à entrada, entre os arrecifes, no “Poço”, está o “Forte do Mar”. Na península entre Recife e Olinda – o Forte de Terra. O mapa mostra que o povoado do Recife (1) está bem sedimentado, com casario e paliçada em “U” para o mar. Já Olinda (2) surge no canto direito, com as edificações bem mais adensadas, também cercadas pela paliçada.

Em relação aos acidentes geográficos, estão indicados os rios, o mar, a península, os arrecifes, a barra, o “Surgidouro velho”, o “Poço”, e a “Peaya” (praia). A representação das embarcações

indica um percurso que vai do mar e avança entre a península e os arrecifes, próxima à área ocupada pelo “Lugar do Recife”.

Além da cartografia da família Albernaz, vale destacar, no início do século XVII, a produção de Diogo de Campos Moreno, que inaugura o esforço de observação mais aproximada, elaborando um levantamento das fortificações existentes na colônia.

De acordo com Beatriz Bueno, a tomada de consciência do registro em escala ampliada deveu-se à política em vigor no final do século XVI, “... uma política de efetivo conhecimento, controle e consolidação do domínio das terras descobertas no ultramar”. Para os portugueses, “... não estavam mais em jogo mapeamentos costeiros, mas a interiorização, levantamento das potencialidades econômicas e reconhecimento dos aspectos geográficos das terras descobertas para seu efetivo controle e posse. A representação do território das conquistas ultramarinas, para além da faixa costeira, implicou o investimento nos engenheiros militares, capazes de realizar levantamentos topográficos, corográficos, geográficos e hidrográficos, além de projetar e construir complexos sistemas de defesa militar” (BUENO, 2001:32).

O levantamento de 1609, feito por Diogo de Campos Moreno, registra a “Perspectiva de Pernambuco como se mostra olhando o mar desta Villa até a barreta”. Neste mapa (vd. Figura 10.) há a indicação das estruturas edificadas que compõem a vila de Olinda: os edifícios de caráter religioso, a trincheira e o engenho. Quanto à povoação do Recife, há apenas sua identificação enquanto lugar.



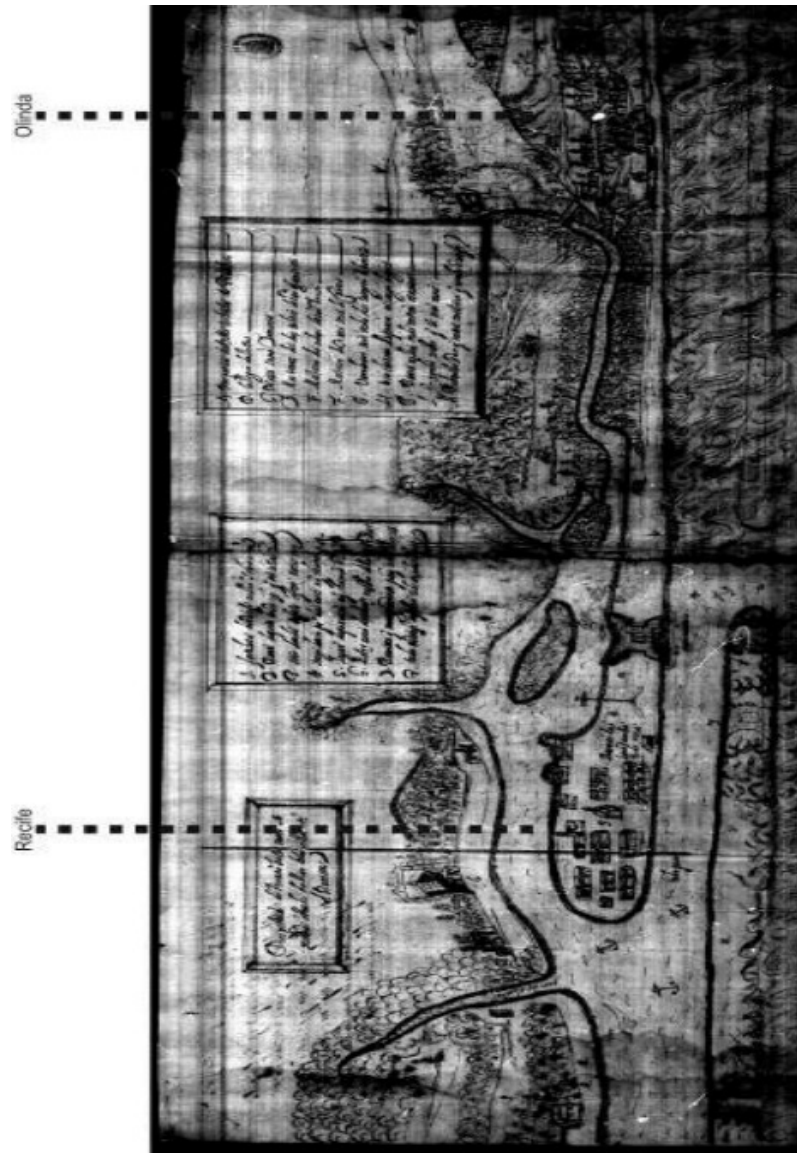


Figura 10. Perspectiva do Recife e da Vila de Olinda, 1616. Fonte: João Teixeira Albarnaz I.



**Figura 11.** A vila de Olinda e o porto do Recife. **Fonte:** Luis Teixeira, 1578.

Este mapa (vd. Figura 11.), de autoria de Luis Teixeira, que registra as áreas já densamente ocupadas, dando destaque à vila de Olinda, ao porto do Recife, incluindo os rios e a distribuição das terras onde estão instalados os engenhos.

Os mapas analisados se destacam como ferramentas indispensáveis para o estudo da lógica de ocupação portuguesa na capitania de Pernambuco. Sem dúvida, esclarece com os detalhes gráficos diversos questionamentos.

### 3. Considerações

É evidente a preocupação portuguesa em mapear o espaço que estava sendo ocupado, uma vez que o conhecimento do terreno era fundamental para a utilização econômica, para evitar as diversas áreas alagadas, para o transporte e a instalação de engenhos. O domínio cartográfico auxiliaria a efetivar o povoamento, possibilitando o conhecimento necessário para implantar uma lógica de ocupação territorial.

Através desta abordagem contextual, será possível pensar a cartografia como uma narrativa de histórias, eventos e pontos de vista essenciais para a compreensão das ações humanas no tempo e no espaço.

Estudar a paisagem, o espaço e o tempo relativo a capitania de Pernambuco durante o período colonial, com certeza a cartografia portuguesa, rica em detalhes, auxilia nas interpretações dessas informações. Vale a pena registrar que este artigo poderá ser ampliado na busca do entendimento da visão portuguesa na sua lógica de ocupação territorial, não só na interpretação de outros mapas de origem portuguesa a ser pesquisados mas também na análise cartográfica holandesa, outro legado que deve ser considerado no entendimento dessa ocupação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROEK, Jan O. M. The relations between history and geography. In: Brooks GREEN, D. (Ed.). **Historical geography – a methodological portrayal**. New York: Rowan & Littlefield, 1991. p. 29-33.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

BUENO, B. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares**. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2001.

BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1997. 320 p.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Caiscais: Pergaminho, 2001.

GUEDES, Max Justo. A cartografia holandesa do Brasil. In: HERCKENHOFF, Paulo, (Org.) **O Brasil e os holandeses 1630-1654**, São Paulo: Sextante, 1999. p. 64-85.

HARLEY, J.B. Maps, knowledge and power. In: COSGROVE, D.; DANIELS, S. **The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments**. New York: Cambridge University Press.

LINS, Rachel C. Alguns aspectos originais do Sítio do Recife. In: PERNAMBUCO. **Arquivo Público Estadual. Um tempo de Recife**. Recife, 1982. p. 99-109.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTA MENEZES, José Luiz da. Olinda e Recife, antes de 1630. In: VAN DENBOOGART, Ernst et al. **Viver ou morrer no Brasil holandês**. Recife: Fundaj., Ed. Massangana, 2007.

## DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

FARIA, M. D.; ADONIAS, I. A representação cartográfica no Brasil colonial. Coleção da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://consorcio.bn.br/cartografia/cart\\_colonial.html](http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html) 2006.